

Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade* **(Feeling Well in Family: a challenge towards diversity)**

Adriana Wagner*
Daniela Centenaro Levandowski**

Resumo – No presente trabalho, discutimos acerca das crises da família, apresentando informações que demonstram a diversidade de configurações familiares existentes no contexto brasileiro atual, tais como separações, divórcios, uniões consensuais, casais sem filhos, recasamentos, dentre outras. Desse modo, refletimos acerca da crise do modelo tradicional de família e não da instituição família, questionando: *Como sentir-se bem em família frente a tal pluralidade?* Sugerimos, então, alguns aspectos que devem ser observados para atender as demandas dessas novas famílias e, conseqüentemente, promover a saúde de seus membros.

Palavras-chave – Novas configurações familiares. Diversidade. Família. Crise.

Abstract – In this study, we discuss about the family crisis, presenting information that demonstrate the diversity of family configurations that exists in current Brazilian context, such as separations, divorce, consensual unions, couple with no children, remarriage, and others. In this way, we reflect about the crisis of the traditional model of family and not the family institution *per se*, asking: *How can we feel good in family facing this plurality?* We suggest some aspects that could be observed to attend these new families demands and, consequently, to promote their members' health.

Key words – New family configurations. Diversity. Family. Crisis.

Há poucas décadas, não existiam dúvidas para responder a pergunta: *Quem é da tua família?* Os laços de consangüinidade e parentesco eram parâmetros que definiam com precisão a configuração familiar da maioria das pessoas. Com o passar do tempo, determinados fenômenos sócio-políticos e o avanço da tecnologia, entre outros, trouxeram maiores níveis de complexidade na definição da configuração do grupo familiar.

O número crescente de notícias sobre os novos arranjos familiares que têm surgido na mídia nos últimos tempos, por exemplo, revela uma nova realidade e questiona o modelo

* Artigo recebido em 21.08.2007. Aprovado em 27.11.2007.

* Professora Adjunta da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS – Porto Alegre/RS - Brasil e Pesquisadora do CNPq, Doutora em Psicologia (Universidad Autónoma de Madrid) e Pós-Doutora em Psicologia (Universitat de Girona), e-mail: wagner@puers.br.

** Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) – São Leopoldo/RS – Brasil, Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS). Bolsista de Pós-Doutorado Júnior (CNPq, Processo n.º 150068/2007-7), de agosto a novembro de 2007 no Grupo de Pesquisa Dinâmica das Relações Familiares, no PPG-Psicologia da PUCRS, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Wagner, e-mail: d.cl@terra.com.br.

clássico da família nuclear intacta como preponderante no nosso contexto. Não são escassas reportagens nas revistas de grande circulação nacional tais como *Veja*, *Isto é* e *Época*, que dedicam espaços de destaque para temáticas que sugerem o aparecimento de novos arranjos e alertam para a complexidade das relações familiares que advém dessa diversidade.

A exemplo disso, em dezembro de 2003, a revista *Época* publicou na capa a seguinte manchete: “A nova família: metade das famílias brasileiras já não segue o modelo tradicional de pai, mãe e filhos de um único casamento”. Nessa reportagem, exploravam as dificuldades, as alternativas de melhor convivência e histórias peculiares dos distintos tipos de família que têm composto o cenário brasileiro.

É comum que notícias como essas gerem muitas dúvidas e, principalmente, insegurança no que se refere ao futuro da família. De fato, na década de setenta, com o movimento e a polêmica social que surgiram no processo de aprovação da lei do divórcio, havia correntes que chegaram a prognosticar o fim da família. Nessa mesma perspectiva, na década de 90, estudos demonstraram um aumento da diversidade na configuração do grupo familiar (GOLDANI, 1994), apontando uma tendência de diminuição do número de pessoas que compunha a família.

Os dados do censo do IBGE de 2003, 2005 e 2006 revelaram características muito interessantes quanto à família no Brasil que, certamente, configuram um perfil psicossociorrelacional que merece ser investigado. Entre os dados, destacam-se aqueles relativos aos casamentos e às separações/divórcios, os quais têm contribuído fortemente para o aumento da diversidade na configuração e estrutura dos núcleos familiares.

Nesse sentido, observou-se uma redução no número de casamentos oficiais na população em geral. Em 2002 foi 4% inferior à quantidade de casamentos do ano de 1991 e em 2005, 0,5% inferior ao patamar de casamentos realizados em 1995. Em contrapartida, o número de uniões consensuais, “sem papel passado”, quase dobrou naquela década (1991-2002).

Observou-se também, em 2003, que homens e mulheres estavam casando três anos mais tarde do que dez anos antes. Naquele momento, a média de idade feminina para casar-se era de 26,7 anos e a masculina, 30,3 anos. Por sua vez, os dados de 2005 continuaram indicando essa mesma tendência, com homens e mulheres casando com idades médias mais altas (três anos) em comparação aos índices de 1995. A idade média de casamento entre as mulheres e os homens permaneceu semelhante às médias de 2003. Paralelamente, constatou-se um acréscimo de 64% no número de pessoas que moravam sozinhas (1991-2002). Em 2006, os dados do IBGE demonstraram um crescimento contínuo e sistemático nos últimos 10

anos das unidades unipessoais, atingindo quase seis milhões em 2005, sendo mais freqüente entre pessoas acima de 60 anos e entre mulheres.

No que se refere à formação da prole, visivelmente tem crescido o número de casais que não têm filhos. Em 2005 e 2006, constatou-se um decréscimo na taxa de fertilidade, o que parece ser uma tendência mundial, principalmente se considerarmos o nível de desenvolvimento sócio-econômico-cultural do país. Constata-se que maiores níveis de desenvolvimento aparecem associados à diminuição da prole familiar. Dados do IBGE (2006) confirmam que, quanto maior o nível de escolaridade da mulher, menor o número de filhos.

A diminuição no número de casamentos e o aumento de divórcios e separações também incrementam o fenômeno da diversidade dos arranjos familiares. O censo de 2003 apontou um incremento de 30,7% no número de separações e 59,6% nos divórcios. Já segundo o censo de 2005, o número de separações judiciais concedidas foi 7,4% maior que em 2004, enquanto os divórcios concedidos tiveram um acréscimo de 15,5% em relação ao ano anterior. Especificamente no caso do divórcio, em 2005 foi atingida a maior taxa do período considerado (1995-2005).

Ainda que o percentual de divorciados em novas tentativas de casamento tenha passado de 5,3% do total em 1991 para 10,8% em 2002, em 2005 foi constatado um crescimento das uniões legais entre solteiros e divorciados. Dessa forma, o percentual de mulheres solteiras que se casaram com homens divorciados passou de 4,1% para 6,2%, enquanto o de mulheres divorciadas que se uniram legalmente com homens solteiros cresceu de 1,7% para 3,1%, respectivamente em 1995 e 2005. Os casamentos entre cônjuges divorciados também aumentaram de 0,9% para 2,0% nesse mesmo período.

Mesmo assim, ainda é grande o número de mulheres que criam seus filhos sozinhas (GRZYBOWSKI, 2002). Na realidade, os dados do IBGE (2003) indicaram um acréscimo de 53% na década 1991-2002 nesse tipo de configuração familiar. De igual modo, em 2005 e 2006 continuou aumentando o número de famílias chefiadas por mulheres (22,9% em 1995 e 30,6% em 2005, resultando em um aumento de 35%), o que sugere uma mudança de padrão na caracterização das famílias: a figura do provedor e/ou responsável não aparece mais atrelada ao sexo masculino, especialmente nas regiões metropolitanas, onde o acesso à informação e ao mercado de trabalho é mais favorável para as mulheres. Todas essas informações compõem um panorama muito diferente daquele que se vislumbrava no tempo em que o casamento era um contrato irrevogável, uma sociedade indelutável e havia uma clara diferença e divisão de funções e papéis de homem e mulher no seio da família.

Passadas três décadas da aprovação da lei do divórcio, são evidentes as mudanças que a família têm sofrido, principalmente no que se refere à sua configuração e estrutura. Quanto à configuração, que diz respeito aos elementos/personagens que compõem o núcleo familiar, já não é tão simples identificar e classificar aqueles que “são da família”. Quanto a sua estrutura, que se refere aos aspectos relativos às regras, ao poder, aos limites e aos contratos de convivência, em muitas famílias existe tal falta de definição de fronteiras, que se encontram acéfalas de liderança paterna/materna e com muita dificuldade de estabelecer limites e hierarquias entre os seus membros.

Frente a tais evidências e apelos recebidos na mídia de forma tão freqüente, se poderia refletir, então: existe uma crise da família?

Ainda que essa possa ser uma idéia que tem perpassado muitas instâncias sociais e se faz presente no discurso de pessoas preocupadas com o futuro da família, pesquisadores e profissionais que vem trabalhando na orientação e terapia familiar observam que, mesmo com diferente aspecto, a família segue sendo um espaço privilegiado no qual se encontram as diretrizes mais importantes para orientar-se na vida. Nessa perspectiva, Rios-González (2004, p. 4), com mais de 30 anos de experiência profissional no trabalho de orientação e terapia familiar, atendendo famílias nos mais diversos países da Europa e América Latina, refere que “a situação atual obriga a uma análise da realidade das famílias no mundo moderno, sem estigmatizar nem julgar, já que existe uma crise do modelo tradicional de família, mais do que uma ‘crise da família’”.

As evidências indicam que a família já não pode ser vista e pensada unicamente a partir do modelo nuclear tradicional. Entretanto, deparamo-nos com a falta de paradigmas explicativos do funcionamento de tal diversidade familiar. A realidade tem gerado uma demanda crescente de novas alternativas de estabelecimento de regras de funcionamento familiar e social, que favoreçam a estes novos núcleos seguir cumprindo com a sua função básica de proteção, cuidado e desenvolvimento dos filhos.

A exemplo disso, já surgem algumas tentativas e propostas de novas definições e formas de relação que atendem as demandas impostas pela diversidade dos núcleos familiares. No que se refere aos aspectos legais, observa-se, por exemplo, que no código civil de 1916, “família legítima” era aquela definida apenas pelo casamento oficial. Atualmente, a definição abrange as unidades formadas por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendentes (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988. Art. 226, § 4º). O Novo Código Civil (2002) reconhece a união estável e o casamento passa a ser “a comunhão plena pela vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges” (art. 1511). Essa é

apenas uma das formas de se constituir uma família. Paralelamente, os filhos adotados e concebidos fora do casamento têm direitos idênticos aos nascidos dentro do matrimônio (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988, artigo 227, § 6º). Elimina-se, então, no código atual, a pejorativa distinção entre “legítimos” e “ilegítimos” para designar os descendentes.

A lei do divórcio de 1977 atribuía a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe. Hoje, é concedida a “quem revelar melhores condições de exercê-la” (CÓDIGO CIVIL, 2002, Artigo 1584). Nesse caso, a família é dirigida pelo casal e não mais apenas pelo homem. O “pátrio poder” que o pai exercia sobre os filhos passa a ser “poder familiar” e é atribuído também à mãe.

Ainda que as reformulações para atender às demandas das distintas configurações familiares não estejam acompanhado o ritmo e as necessidades emergentes de determinadas famílias, já se encontram iniciativas de algumas escolas da cidade de Porto Alegre, por exemplo, a fim de dar conta de tal diversidade.

Alguns colégios da rede privada retiraram o tema de casa na sexta-feira, pois se deram conta de que muitas crianças tinham dificuldades para organizar-se com o material escolar, tendo em vista que, comumente, passavam o fim de semana na casa do progenitor com o qual não coabitavam. Nesses casos, em muitas ocasiões, não faziam a tarefa, o que lhes causava certo desconforto no retorno às aulas na segunda-feira. Também passaram a abolir os tradicionais “dia dos pais” e “dias das mães”, substituindo-os pelo dia da família, possibilitando à criança confraternizar com outros personagens significativos para ela, que não necessariamente o pai ou a mãe. Observa-se que, a partir de tais fatos, a necessidade de ampliar a definição do conceito de família aumenta, a fim de passar a integrar outros elementos que não somente aqueles que tradicionalmente têm definido esse grupo.

Em pesquisas com a população de Porto Alegre, por exemplo, observou-se que, além das variáveis consangüinidade e parentesco, a variável coabitação tem tido um peso explicativo importante na definição do grupo familiar para adolescentes que vivem em lares recasados. Nesses casos, os jovens que coabitam com as figuras de padrasto, madrasta e filhos do padrasto ou madrasta, por mais de dois anos, têm considerado estes personagens como parte da família (WAGNER; BANDEIRA, 1996; WAGNER; FÉRES-CARNEIRO, 2000).

Assim, se pode constatar que o prognóstico do “término da família”, herança da década de setenta, não se cumpriu. Ao contrário, mais do que nunca, proliferam-se investigadores interessados em conhecer estes novos arranjos com o objetivo de promover e facilitar melhores níveis de saúde a seus membros.

Nesse sentido, nos Congressos da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – realizados em 2004 e 2006, reuniu-se o Grupo “Família e Casal: Estudos Psicossociais e Psicoterapia”, composto por 18 pesquisadores, filiados a doze universidades, que apresentaram e discutiram pesquisas referentes a todas as fases do ciclo vital da família, isto é, trabalhos empíricos e teóricos, provenientes da clínica ou do contexto psicossocial, sobre a infância, adolescência, o adulto jovem e a terceira idade. Dentre as temáticas investigadas pelos pesquisadores, destacaram-se as práticas educativas utilizadas pelas famílias na atualidade (WAGNER, 2004; 2007), o fenômeno da educação das crianças quando exercida pelos avós (DIAS; COSTA; RANGEL, 2004), as atitudes e expectativas dos jovens frente ao casamento e os novos paradoxos da conjugalidade contemporânea (JABLONSKI, 2004; 2007), os aspectos relacionais entre a conjugalidade dos pais e o projeto de casamento dos filhos, bem como a avaliação da conjugalidade dos pais pelos filhos (FÉRES-CARNEIRO, 2004; FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2007), as bases imaginárias da família (CECCARELLI, 2007) e a transmissão psíquica geracional (MAGALHÃES, 2004; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2007), o papel das mulheres na família (ROCHA-COUTINHO, 2004; 2007) e na saúde mental de seus membros (COSTA, 2004; 2007) e na inserção de adolescentes (CARRETEIRO, 2004; 2007) e de portadores de deficiência (MOREIRA; ARAÚJO; ROMAGNOLI, 2007) no mercado de trabalho, entre outros.

Em vários trabalhos foram discutidas e questionadas as novas configurações familiares e conjugais da contemporaneidade, como por exemplo, o exercício das funções materna e paterna em famílias homoparentais (PASSOS, 2007) e o sentimento de filiação em famílias adotivas e a adoção na perspectiva dos avós adotivos (DIAS; LIMA NETA, 2007), devido não só a sua evidência empírica, mas também pela necessidade de aprofundar o conhecimento de sua dinâmica relacional, visando à criação de novos paradigmas explicativos que embasem a compreensão desse fenômeno.

A questão de gênero também perpassou a discussão de diversas temáticas, sendo possível refletir acerca das tendências contemporâneas da experiência do masculino e do feminino na família e na sociedade (DINIZ; COELHO, 2007). No debate, também surgiram contribuições inovadoras na denominação de conceitos que expressam fenômenos atuais, tais como “conjugalidade mínima” (ZIVIANI, 2007) e “criança S/N” (“criança sem nome”; LEVY, 2007).

Em essência, o grupo de pesquisadores levantou o seguinte questionamento: “Até que ponto podemos considerar que os chamados novos modelos familiares são inéditos ou são

reproduções camufladas de arranjos tradicionais com uma roupagem discursiva pós-moderna?”. Na reflexão feita sobre os dados das pesquisas apresentadas, ficou evidente que demandas modernas coexistiam com padrões clássicos de funcionamento do sistema familiar. Ainda, que, quaisquer que sejam os novos arranjos, as funções do modelo tradicional permaneciam, não importando se desempenhadas por distintos membros da família. Dessa forma, ficou evidente a importância da transmissão geracional e do lugar dos pais e da família como modelos identificatórios, na construção de valores, ideais e expectativas (ANPEPP, 2006).

Nesse sentido, pode-se dizer que a co-existência de modelos leva a uma abertura à diversidade e à necessidade de aceitar e conviver com o diferente. O que era maioria se dilui e se pluraliza, e passamos a um tempo no qual o moderno e o arcaico não assumem pólos opostos na análise e classificação dos núcleos familiares.

Frente a esse fenômeno, tão complexo e multifacetado, provavelmente a pergunta fundamental a responder seria: *Como, então, sentir-se bem em família frente a tal pluralidade?* Poderíamos pensar naqueles aspectos que são fundamentais para que a família siga cumprindo seu papel e função como principal célula social, independentemente de como ela se componha. Nesse caso, o resgate e fortalecimento do vínculo entre pais e filhos é um aspecto essencial nesse processo.

Observa-se que, mesmo frente à ruptura do laço conjugal, as crises e dificuldades que possam haver em família, ainda assim aqueles núcleos que conseguem construir fronteiras nítidas entre os seus membros e manter uma hierarquia capaz de preservar a relação de cuidado, proteção e amor para com seus filhos, têm grande potencial para reorganizar-se de forma mais exitosa. Fatores como a manutenção da harmonia entre os pais, (independentemente de manterem-se ou não vivendo conjugalmente), o tempo dedicado aos filhos, o estilo de vida dos progenitores, a presença ou ausência de um projeto de vida familiar, potencializam a família na formação de hábitos, atitudes e valores dos seus filhos. A partir de diversos trabalhos empíricos realizados ao longo de décadas, Elzo (2001, p. 77) concluiu que uma família com consistência ideológica e emocional sólida é o agente mais potente de socialização dos filhos. Baseado nesses critérios, expressa que: “uma família é tanto mais socializadora, quanto mais família seja”. Esse, seguramente, é o maior patrimônio que pode ser deixado a um filho, pois lhe favorecerá o fortalecimento pessoal frente às crises evolutivas e do cotidiano.

Assim, mais importante que a sua estrutura e configuração,

a família é o palco em que se vive as emoções mais intensas e marcantes da experiência humana. É o lugar onde é possível a convivência do amor e do ódio, da alegria e da tristeza, do desespero e da desesperança. A busca do equilíbrio entre tais emoções, somada às diversas transformações na configuração deste grupo social, têm caracterizado uma tarefa ainda mais complexa a ser realizada pelas novas famílias (WAGNER, 2002, p. 35-36).

Por isso, provavelmente, o maior desafio para aqueles que se propõem a trabalhar com a diversidade dos núcleos familiares é favorecer aos seus membros que esses núcleos sejam espaços de bem-estar para todos. Eis aí uma tarefa complexa e essencial que, se realizada com êxito, certamente contribuirá para a construção de relações interpessoais muito mais humanas e solidárias.

Enfim, independentemente da sua forma, é desejado que a família configure um espaço potencial capaz de oferecer a cada um de seus elementos a possibilidade de vivenciar relações de verdadeira intimidade.

Referências

- ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 15 a 19 de maio de 2006, Florianópolis. *Anais do XI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP: Formação: Ensino e Pesquisa na Pós-Graduação em Psicologia*, 2006, p. 45-51.
- CAHALI, Y. S. (Org.). *Código Civil, Código de Processo Civil e Constituição Federal*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- CARRETEIRO, T. C. Pensando a relação de trabalho entre adolescentes e famílias. In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004, p. 43.
- CARRETEIRO, T. C. Famílias confrontadas com o trabalho futuro dos filhos: Um projeto de pesquisa. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 181-201.
- CECCARELLI, P. R. As bases imaginárias da família. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 311-320.
- COSTA, I. I. da. Uma crítica epistemológica da clínica e da pesquisa familiar da esquizofrenia. In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004, p. 39.
- COSTA, I. I. da. Família e psicose: Uma proposta de intervenção precoce nas primeiras crises de sofrimento psíquico grave. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 99-136.
- DIAS, C. M. de S. B.; COSTA, J. M.; RANGEL, V. A. Avós que criam seus netos: Circunstâncias e conseqüências. In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da

ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004. p. 39.

DIAS, C. M. de S. B.; LIMA NETA, M. I. F. A adoção na perspectiva de avós adotivos. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 323-339.

DINIZ, G. R. S.; COELHO, V. L. D. Gênero, migração e saúde mental: Dimensões da experiência de mulheres nordestinas no Distrito Federal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 35-54.

ELZO, J. La familia española de hoy como agente de socialización. *Veintiuno. Revista de Pensamiento y Cultura*, Madrid, n. 50, p. 73-81, verano 2001.

FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004. p. 43-44.

FÉRES-CARNEIRO, T.; ZIVIANI, C.; MAGALHÃES, A. S. Questionário sobre a conjugalidade dos pais como instrumento de avaliação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 251-267.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 91, p. 7-22, nov. 1994.

GRZYBOWSKI, L. S. Famílias monoparentais: Mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, A. (Org.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 39-53.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Registro Civil 2002*. Anuário Estatístico Brasileiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas do Registro Civil 2005*. Anuário Estatístico Brasileiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese dos Indicadores Sociais 2005*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2005/default.shtm>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

JABLONSKI, B. Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: Novas tendências? In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004. p. 38.

JABLONSKI, B. O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 203-224.

LEVY, L. “Criança S/N”. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 55-69.

- MAGALHÃES, A. S. Conquistando a herança: Sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004. p. 38.
- MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão psíquica geracional: Um estudo de caso. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 341-363.
- MOREIRA, J. de O.; ARAÚJO, J. N. G. de; ROMAGNOLI, R. C. A família na inserção das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 137-156.
- PASSOS, M. C. Funções materna e paterna nas famílias homoparentais. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 269-281.
- RIOS-GONZÁLEZ, J. A. Familia, pareja y creencias: Notas y reflexiones acerca de aspectos actuales de la familia. *Cuadernos de Terapia Familiar*, Madrid, v. 58, n. 2, p. 1-20, verano/otoño 2004.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. Variações sobre um antigo tema: A maternidade e a paternidade para mulheres com uma carreira profissional bem sucedida. In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004. p. 42.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. Família e emprego: Conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 157-180.
- WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 23-38.
- WAGNER, A. A nova família. *Revista Época*, São Paulo, n. 293, p. 87-89, 22 dez. 2003.
- WAGNER, A. Família e Educação: Aspectos relativos a diferentes gerações. In: X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, 24 a 28 de maio de 2004, Aracruz. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*, 2004. p. 37.
- WAGNER, A. A construção das metas e práticas educativas na família contemporânea: Estudos de caso. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 71-97.
- WAGNER, A.; BANDEIRA, D. O desenho da família: Um estudo sobre adolescentes de famílias originais e reconstituídas. In: MACEDO, R. M. (Org.). *Coletâneas da ANPEPP: Família e Comunidade*, v. 1, n. 2. São Paulo: Press Grafic, 1996. p. 115-126.
- WAGNER, A.; FÉRES-CARNEIRO, T. O recasamento e a representação gráfica da família do adolescente. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia, v. 8, n. 1, p. 11-19, 2000.
- ZIVIANI, C. Colusão e coevolução em estudos de conjugalidade mínima: Uma proposta de fundamentação teórico-metodológica. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 283-309.